

Lyra divulga os 50 nomes da comissão constitucional

Brasília — O Ministério da Justiça divulgou, no final da tarde de ontem, os 50 nomes da comissão de estudos constitucionais, que terá prazo de dez meses para elaborar estudos que servirão de subsídios para a nova Constituição. A comissão será instalada oficialmente em meados da próxima semana, no Ministério da Justiça, com a presença do Presidente José Sarney.

A lista, elaborada sob a responsabilidade do Presidente José Sarney e do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, a partir de sugestões do jurista Afonso Arinos, mantém 21 dos 30 nomes que Tancredo Neves havia escolhido com o mesmo objetivo, mas traz algumas surpresas, como o consultor do EMFA, José Alberto Assunção, o advogado pernambucano José Meira; e o advogado e ex-deputado paulista José Saulo Ramos. A comissão será presidida por Afonso Ari-

nos de Melo Franco e terá como secretário executivo o jornalista Mauro Santayanna, assessor do Palácio do Planalto.

O Ministro Fernando Lyra informou que, após o início dos trabalhos, serão formadas subcomissões para defesa dos direitos dos índios, negros e mulheres. "A própria comissão defenderá os direitos das minorias", respondeu, ao ser indagado sobre a ausência de representantes destes segmentos sociais na lista. A comissão, segundo o Ministro, foi escolhida "da forma mais criteriosa possível, dentro das limitações, já que centenas de nomes foram pensados". Lyra justificou a presença de 30 juristas na lista com o argumento de que "o trabalho efetivo da Constituição será dos juristas".

Após a instalação solene da comissão, serão realizadas três reuniões plenárias: uma no Rio, uma em São Paulo e uma no Nordeste, provavelmente em

Recife. A comissão terá ainda assessores, consultores e subgrupos, que funcionarão permanentemente no edifício da Fundação Getúlio Vargas, onde ficará a sede oficial em Brasília. Afonso Arinos virá eventualmente a Brasília para participar das discussões. O Ministério da Justiça fornecerá toda a infra-estrutura necessária ao funcionamento do colegiado.

Mauro Santayanna considerou a comissão "o centro de gravidade do pensamento político brasileiro" e disse que seus integrantes têm a visão de que "a nação tem que passar por um momento de conciliação".

Segundo ele, há dois tipos de representatividade: "a orgânica, em que uma pessoa é escolhida por um grupo social para representá-lo, e a tática, em que alguém como o Presidente da República, com visão política para isso, escolhe as pessoas que considera importantes".

Pimenta propõe anistia mas quer julgamento

Brasília — A extensão da anistia aos sindicalistas e militares que não foram beneficiados pela lei de 1979 e o julgamento judicial de todos os que estiveram envolvidos em deturpações de torturas — com imediata perda dos cargos ou funções públicas que porventura estejam ocupando — foram defendidos pelo líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga.

QUADRINHOS

Todos os dias no Caderno B.

Juristas, economistas, empresários...

São os seguintes os integrantes da comissão constitucional:

- Afonso Arinos de Melo Franco — presidente da Comissão Constitucional, jurista, ex-parlamentar e ex-Ministro das Relações Exteriores.
- Alberto Venducio Filho — advogado de empresas, professor de Direito Comercial.
- Antônio Ernâni de Moraes — líder empresarial, diretor-superintendente do maior grupo privado do País (Votorantim), é um crítico permanente da presença excessiva do Estado na economia.
- Barbosa Lima Sobrinho — presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ex-Governador de Pernambuco e ex-parlamentar.
- Bolívar Lamounier — professor de Ciência Política da PUC-SP e USP, considerado um dos maiores especialistas em partidos políticos no país.
- Cláudio Antônio Mendes de Almeida — professor universitário, pensador católico, membro da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano.
- Célio Borja — assessor especial do Presidente Sarney, jurista, especialista em Direito Constitucional, ex-líder da Arena na Câmara.
- Celso Furtado — economista, fundador da Sudene, embaixador indicado junto à Comunidade Econômica Europeia.
- Cláudio Lacombe — advogado, atua junto aos Tribunais Superiores em Brasília.
- Cláudio Pacheco — advogado, professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFRJ, ex-advogado do Banco do Brasil.
- Clóvis Ferro Costa — ex-deputado federal (UDN-PA), cassado em 1964, fez parte do grupo Bossa Nova. É assessor jurídico do Ministério da Justiça.
- Christóvam Buarque — Reitor da Universidade de Brasília, economista, ex-funcionário do Banco Mundial, assessorou a Comissão para o Plano de Ação do Governo Tancredo Neves (Copag).
- Edgard da Matta Machado — ex-deputado, militante católico, jurista, dicionarista.
- Eduardo Portella — membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e ex-Ministro da Educação no governo João Figueiredo.
- Evaristo de Moraes Filho — jurista, fundador do Partido Socialista Brasileiro, especialista em legislação trabalhista e sindical.

- Fábio Konder Comparato — advogado, professor da Faculdade de Direito da USP e integrante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.
- Fajardo José Pereira Faria — advogado, ex-deputado estadual pelo PMDB-PR.
- Padre Fernando Bastas d'Ávila — sociólogo, professor da PUC-RJ, dirigente do Instituto de Estudos Sociais da Arquidiocese do Rio.
- Flórentina Verucci — advogada, especialista em Direito da Mulher, ligada à Fundação Carlos Chagas, colaborou na reforma do Código Civil.
- Gilberto de Ulhoa Canto — considerado uma das maiores autoridades brasileiras em Direito Tributário, tem vários livros publicados.
- Hélio Jaguaribe — cientista político, fundador do extinto Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).
- Hiltner Rocha — médico oftalmologista de renome internacional.
- Josephat Marinho — jurista, professor de Direito Constitucional, ex-senador pelo PMDB.
- João Pedro Gouveia Vieira — presidente do Grupo Ipiranga, que atua no setor de química, petroquímica e fertilizantes.
- Joaquim Arruda Falcão Neto — cientista político, ex-diretor da Fundação Joaquim Nabuco, é chefe de gabinete do Ministro da Justiça.
- José Afonso da Silva — advogado, especialista em Direito Constitucional e legislação eleitoral, assessor do Governo Montoro.
- José Alberto Assunção — advogado, ex-professor da Escola Superior de Guerra, consultor do EMFA, procurador do PFL-RJ.
- José Francisco da Silva — presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) há 17 anos.
- José Meira — advogado, ex-deputado pela UDN, grande amigo do Presidente José Sarney.
- José Paulo Ramos — advogado, especialista em Direito Processual, colaborador do JORNAL DO BRASIL, ex-delegado brasileiro na Conferência Internacional do Café.
- José Paulo Sepúlveda Pertence — Procurador Geral da República, ex-vice-presidente da UNE, ex-presidente da OAB-DF.
- Reverendo José Ferreira Cunha — religioso ligado às igrejas protestantes.

- Jorge Amado — escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, integrou a Constituinte de 1946 pelo PCB.
- Luís Edúlio Vitalgel — presidente da FIESP, representante do setor privado no Conselho Monetário Nacional.
- Luís Pinto Ferreira — constitucionalista, primeiro presidente do PMDB em Pernambuco.
- Mário de Souza Martins — ex-Senador pelo MDB, advogado, senador cassado em 1968, concorreu ao Senado em 1982 pelo PMDB-RJ.
- Mauro Santayanna — secretário-executivo da Comissão, jornalista, redator dos discursos do falecido Presidente Tancredo Neves.
- Miguel Reale — jurista, participou da comissão que elaborou a Constituição de 1967, presidente da comissão de elaboração do Código Civil.
- Miguel Reale Júnior — advogado criminalista, ex-Secretário de Segurança Pública no Governo Montoro.
- Miguel Seabra Fagundes — jurista, Ministro da Justiça no Governo Café Filho, renunciou à Comissão Constitucional de 1966.
- Ney Prado — professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, ex-professor da Escola Superior de Guerra.
- Odilon Ribeiro Cavalcini — empresário paraibano, mineiro e exportador de abacaxis.
- Orlando M. de Carvalho — advogado, professor de Direito da UFMG, especialista em Direito Eleitoral e partidos políticos.
- Paulo Bonavides — jurista cearense, catedrático de Direito Constitucional, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.
- Paulo Brunard — consultor-geral da República, jurista, foi senador pelo PMDB-RS até 1982.
- Rafael de Almeida Magalhães — ex-deputado, um dos redatores do Projeto Brasil, do falecido Senador Teotônio Vilela.
- Raul Machado Horta — jurista de Minas Gerais e professor.
- Roseli Ruzomano — jurista do Rio Grande do Sul.
- Sérgio Quintela — empresário, presidente do PFL-RJ e da Internacional Engenharia.
- Walter Barcell — economista, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Arinos preferiu indicar professores

Todos os nomes que o professor Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, sugeriu ao Presidente José Sarney para integrar a lista de pessoas encarregadas de elaborar um esboço da Constituição que servirá à Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, estão entre os 50 divulgados ontem pelo Ministério da Justiça.

O critério adotado por Arinos para selecionar seus colaboradores foi, em primeiro lugar, o do conhecimento e, em seguida, a atividade profissional. Todos os 25 nomes que enviou ao Planalto são professores de áreas como ciência política, direito constitucional, teoria do Estado, além de sociólogos e juristas. Sarney acrescentou à lista de Arinos outros 25 indicados, alguns dos quais o presidente da Comissão ignora quem sejam.

No momento, o jurista está trabalhando na redação das normas de trabalho que regerão a Comissão. Ela terá uma estrutura formal, com presidente, vice e vários comitês especializados, que se encontrarão periodicamente no Rio. A sessão de instalação será em Brasília, no início de setembro, com a presença do Presidente Sarney. Arinos vai trabalhar no Rio e quer conseguir o anexo do Palácio do Itamarati para as reuniões.

Cardoso e mais 12 foram substituídos

Brasília — Se comparada à lista atribuída ao ex-Presidente Tancredo Neves, a Comissão Constitucional nomeada pelo Presidente José Sarney tem 18 nomes a mais, embora 13 tenham sido excluídos da antiga lista, entre eles o do candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Senador Fernando Henrique Cardoso.

Otávio Costa, Laerte Vieira, Dalmo Dallari, Pinto Ferreira, Xavier de Albuquerque, Milton Santos, Arnaldo Malheiros, vereadora Benedita da Silva, César Saldanha de Sousa Junior e Secretário estadual Carlos Alberto de Oliveira, do Rio. O jurista Victor Nunes Leal, que integrava a lista inicial, morreu pouco antes de Tancredo Neves.

Em compensação, Sarney acrescentou à sua lista nomes como o do empresário Antonio Ermirio de Moraes, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o jurista Cândido Mendes, o Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, o escritor Jorge Amado, o jurista Miguel Reale e o reitor da UnB, Christóvam Buarque.

Congresso mostra hoje suas emendas

Brasília — A comissão mista que examina a emenda que convoca a Assembleia Constituinte reúne-se hoje, às 15h30min, para tomar conhecimento das emendas apresentadas por parlamentares e traçar o cronograma que orientará os seus trabalhos nos próximos 30 dias. É ideia do relator, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), sugerir a instalação de dois amplos painéis de discussões — um exclusivamente de juristas e outro com participação dos demais setores da sociedade — que forneçam subsídios ao trabalho da comissão.

O Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), presidente da comissão mista, informou que apenas nove, das 15 emendas que recebeu, preenchem as formalidades regimentais (dois terços de assinaturas de cada Casa do Congresso). As demais — duas do Senador Itamar Franco (PMDB-MG), e as demais dos Deputados Jorge Ueque (PMDB-RS), Néelson Marchezan (PDS-RS), Domingos Leonelli (PMDB-BA) e Victor Faccioni (PDS-RS) — foram devolvidas a seus autores para que tentassem completar o número regimental de assinaturas. Ainda assim, a sua aceitação sob a forma de emendas só se efetivará se a maioria da comissão concordar.

O líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti (RS), criticou a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos e anunciada ontem pelo Palácio do Planalto: "Ela certamente irá aprontar um anteprojeto que inevitavelmente condicionará a própria eleição para a Constituinte". Rossetti classificou-a de "uma comissão de sábios". E sugeriu: "Deviam convidar também o Delfim Neto e o Roberto Campos."

Helvídio Nunes não quis adiantar as propostas que fará — "a condição de presidente me impede de adiantá-las" — mas manifestou-se favorável à designação, entre os constituintes, de uma comissão encarregada de legislar ordinariamente, como querem alguns parlamentares.

Amanhã será instalada a comissão parlamentar — proposta pelo Deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) — que, a exemplo da comissão do Executivo, recolerá sugestões dos vários segmentos sociais, encaminhando-as aos futuros constituintes.

Montoro insiste em candidato avulso

Brasília — O Governador Franco Montoro transformou-se no maior defensor do candidato avulso para disputar a eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Ele sustenta que, mesmo filiado a partido político, qualquer pessoa deve ter o direito de lançar-se como avulso, desde que amparado por listas de assinaturas de um mínimo de eleitores inscritos.

Na opinião de Montoro, a instituição do candidato avulso corrigiria um desvio capaz de prejudicar a ampla representatividade da Constituinte. Outro argumento invocado para a sua ideia ampara-se na transição política por que passa o país e no que ele classifica como "uma reivindicação da sociedade civil".

Montoro insistiu em um exemplo de como os Governadores podem contribuir para combater a inflação: algumas fotografias de um trem japonês recuperado pela Fepasa a partir de sucatas.

Embora rechaçada pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o Governador apresentou sua ideia ao Presidente Sarney, invocando que, por princípio, a Constituinte deve abrir-se para o maior número possível de representantes. Ao final dos trabalhos da Assembleia, idealiza Montoro, esses candidatos avulsos perderiam a condição de constituintes, não integrando o Congresso, como acontecerá com os filiados a partidos.

O Governador sustenta que se a nova lei eleitoral permite que grupos minoritários se constituam em partidos políticos, nada mais justo que uma pessoa sozinha possa reivindicar o direito de integrar a Assembleia Constituinte. Mas não foi só esse o assunto que Montoro levou a Sarney. O Governador paulista mostrou

ao Presidente um exemplo de como os Governadores podem contribuir para combater a inflação: algumas fotografias de um trem japonês recuperado pela Fepasa a partir de sucatas.

Antes de entrar no gabinete do Presidente, Montoro reduziu ao mínimo a importância das declarações do Ministro Aureliano Chaves (Minas e Energia), favoráveis a Jânio Quadros, maior adversário de Fernando Henrique Cardoso, nas eleições municipais de São Paulo.

— Aureliano fez apenas uma declaração genérica, porque seu partido apóia Jânio. Isso não altera o resultado eleitoral em São Paulo, fortemente definido por Fernando Henrique Cardoso. O Ministro é livre para falar, mas o povo vai votar de acordo com sua consciência — concluiu Montoro.